Governo do Estado do Amapá

Secretaria de Estado de Administração

Concurso Público para Auditor da Receita Estadual

Auditor da Receita Estadual – 1º Dia

Caderno de questões objetivas – Tipo 1

Instruções:

- Você receberá do fiscal o seguinte material:
  a) uma folha destinada às respostas das questões formuladas na prova;
  b) um caderno com as oitenta questões objetivas, sem repetição ou falha.
- **Verifique se seu nome e número de inscrição são os que aparecem na folha de respostas; caso contrário, notifique imediatamente o fiscal**.
- Ao receber a folha de respostas é obrigação do candidato:
  a) ler atenciosamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
  b) conferir seu nome e número de inscrição;
  c) assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente azul ou preta;
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Durante a aplicação da prova o ISAE/FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos.
- Não será permitida a troca da folha de respostas.
- O tempo disponível para esta prova será de **quatro horas**.
- Reserve os vinte minutos finais para marcar a folha de respostas.
- Somente após decorridas duas horas do início da prova, o candidato poderá entregar seu Caderno de Questões, sua Folha de Respostas e retirar-se da sala de prova.
- O candidato só poderá levar consigo este caderno quando faltarem trinta minutos para o término da prova.
- Quando terminar, entregue a folha de respostas ao fiscal.
- O rascunho no caderno de questões **não** será levado em consideração para fins de avaliação.

ISAE
Instituto Superior de Administração e Economia

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

LÍNGUA PORTUGUESA

Corrupção, ética e transformação social

Em toda História do Brasil, talvez nunca tenhamos visto um momento em que notícias de corrupção tenham sido tão banais nos meios de comunicação, e tão discutidas por grande parte da população.Em qualquer lugar (mesmo que seja um ônibus, por exemplo), sempre há alguém falando sobre a crise na saúde, a crise na educação e, inclusive, a crise ética na política brasileira.

Contudo, é preciso notar também que, muitas vezes, enquanto cidadãos, nós mesmos raramente decidimos fazer alguma coisa pela transformação da realidade – isso, quando fazemos algo. Certo comodismo nos toma de assalto e reveste toda a nossa fala de uma moral vazia, estéril, que se reduz à crítica que não busca alterar a realidade. Afinal de contas, em época de eleições, como a que estamos prestes a vivenciar, nós notamos nas propagandas políticas dos partidos a presença dos mesmos políticos e das mesmas propostas políticas, as mesmas já prometidas nas eleições anteriores, e que jamais foram executadas. Logicamente há as exceções de certos governantes que fazem por onde efetivar suas promessas, mas esses, infelizmente, continuam sendo uma minoria em todo o Brasil.

Numa outra perspectiva, é interessante perceber também quão contraditória consiste ser a distância entre o que nós criticamos em nossos políticos e as ações que nós reproduzimos em nosso cotidiano. De uma forma ou de outra, reproduzimos a corrupção que nós percebemos na administração pública nacional quando empregamos o chamado jeitinho brasileiro, em que o peso de um sobrenome ou o peso da influência do status social passa a ser um dos elementos determinantes para a obtenção de certos fins. É nesse sentido que podemos apontar aqui um grave problema social brasileiro, uma das principais bases para se buscar o fim da corrupção política no Brasil: a existência de uma ética baseada em uma falta de ética. Como poderemos superar essa incongruência?

Com certeza, a Educação pode ser a saída ideal. Mas tem de ser uma Educação voltada para desenvolver nas crianças, nos jovens e até mesmo nos universitários – independentemente de frequentarem instituições públicas ou privadas – uma preocupação para com o bem público, isto é, para com a sociedade. Uma Educação que os leve a superar uma concepção de mundo utilitarista, segundo a qual toda sociedade humana não passa de um somatório de indivíduos e seus interesses pessoais, que tão bem se acomoda ao jeitinho brasileiro, será o primeiro passo para se desenvolver uma sociedade mais justa, uma sociedade em que a preocupação com o público, com o coletivo, será a forma ideal para buscar a felicidade individual, que tanto preocupa certos conservadores.

Para tanto, sabemos que é preciso não uma "educação política", mas sim uma educação politizada. Uma educação que reconheça que a solução para a corrupção centra-se em conceber a política não apenas como um instrumento para se alcançar um determinado fim, consolidando-se, portanto, numa mera razão instrumental. Uma educação na qual a própria política, a partir do momento em que buscar ser de fato um meio para se alcançar o bem de todos – como ao que se propõe o nosso modelo democrático –, vai estruturar uma ética que localizará no comodismo e no jeitinho brasileiro as raízes de nosso analfabetismo político, substituindo-os por outras formas de ação social ao longo da construção de uma cultura cívica diferente.

(adaptado de **MOREIRA**, **Moisés S.** In www.mundojovem.com.br:)

1

De acordo com o texto, é **incorreto** afirmar que:

(A) A concepção de democracia no Brasil inclui, contraditoriamente, a razão instrumental como filosofia.

(B) O fato de fazermos uso do jeitinho como instrumento é uma das evidências de nosso analfabetismo político.

(C) O conceito de Educação politizada implica a negação do modelo de civismo em voga na sociedade atual.

(D) A ideia de justiça social deve ter como corolário a noção de que a felicidade de um é a felicidade de todos.

(E) A equivalência entre bem público e sociedade é um dos pontos de partida para o sucesso da educação pública.

2

Com relação à estruturação do texto e dos parágrafos, analise as afirmativas a seguir:

I. O primeiro parágrafo introduz o tema, situando historicamente a origem da corrupção no Brasil.

II. O terceiro parágrafo opõe a capacidade de criticar o outro à incapacidade de observar a própria forma de agir.

III. Do quinto parágrafo deduz-se que uma *educação politizada* ensina que os fins não justificam os meios.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

3

Com relação aos processos de formação de palavras, analise as afirmativas a seguir:

I. Na palavra *jeitinho*, o sufixo *-inho* significa "diminuição".

II. Denomina-se composição o processo de formação da palavra *utilitarista*.

III. A palavra *analfabetismo* forma-se por derivação prefixal e sufixal, a partir do radical *alfabet-*.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

4

O emprego correto da vírgula verifica-se apenas em:

(A) A educação, saída ideal para diversos problemas sociais, requer empenho coletivo, e a sociedade deve oferecê-lo.

(B) A administração do dinheiro público que é bem de todos, precisa ser controlada, e regulada por leis adequadas.

(C) Embora sejam instrumentos democráticos as leis não garantem a ética na gestão pública, fato incontroverso no Brasil.

(D) É claro, que se fôssemos levar a lei ao pé da letra, muitos sofreriam sanções diariamente.

(E) O tempo não para, as transformações sociais são urgentes mas há quem não perceba, que isso é evidente.

5

De acordo com a norma gramatical, o item em que se substituiu corretamente o complemento verbal sublinhado por um pronome é:

(A) buscar a felicidade individual/ buscar-la.
(B) preocupa certos conservadores/ preocupa-lhes.
(C) localizará as raízes de nosso analfabetismo político/ localizará elas.
(D) sabemos que é preciso uma educação politizada/ sabemo-lo.
(E) tenhamos visto um momento/ tenhamos-no visto.

6

A conjunção *Contudo* (L.7) conecta:

(A) a oração subordinada aditiva à oração principal: *sempre há alguém falando*.
(B) os parágrafos um e dois, introduzindo valor de consequência entre os fatos.
(C) os parágrafos um e dois, apresentando uma conclusão acerca do que se disse.
(D) a oração subordinada subjetiva à principal: *é preciso notar*.
(E) os parágrafos um e dois, informando contraste entre as ideias expostas.

7

De acordo com a norma padrão, o pronome relativo está corretamente empregado na seguinte alternativa:

(A) Esses são alguns autores sem cujas ideias ele jamais teria escrito o artigo.
(B) As características que um povo se identifica devem ser preservadas.
(C) Esse é o projeto cuja a meta principal é a reflexão sobre civismo no Brasil.
(D) Eis os melhores poemas nacionalistas os quais se tem conhecimento.
(E) Aqueles são os escritores cujos foram lançados os romances traduzidos.

8

Na frase "*as ações que nós reproduzimos em nosso cotidiano"*, a regência do verbo em destaque é a mesma de:

(A) Alguns atribuem valor positivo ao famoso jeitinho.
(B) Essa crítica, sem dúvida, cabe a todos os brasileiros.
(C) Prefiro oposição inteligente a adesões inseguras.
(D) Sem dúvida, a noção de civismo está na pauta de debates.
(E) O comodismo contamina o indivíduo cansado de lutar em vão.

9

Ao substituir a expressão sublinhada no fragmento *"se reduz à crítica que não busca alterar a realidade*", assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase deve ser empregado.

(A) se reduz a mesma crítica.
(B) se reduz a certa crítica.
(C) se reduz a qualquer crítica.
(D) se reduz a alguma crítica.
(E) se reduz a toda crítica.

10

"*Como poderemos superar essa incongruência?"*

Assinale a alternativa que **não** tem significação semelhante à do termo sublinhado:

(A) Inconveniência.
(B) Incompatibilidade.
(C) Indolência.
(D) Impropriedade.
(E) Inadequação.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

11

O dono de uma loja aumenta os preços durante a noite em 20% e na manhã seguinte anuncia um desconto de 30% em todos os produtos. O desconto real que ele está oferecendo em relação aos preços do dia anterior é de:

(A) 10%
(B) 12%
(C) 14%
(D) 16%
(E) 18%

12

Antônio possui um investimento que dá uma renda líquida de 0,6% ao mês (no sistema de juros compostos) e deseja dar à sua filha uma renda mensal perpétua de R$ 450,00. A quantia que Antônio deve investir para que sua filha tenha essa renda é de:

(A) R$ 45.000,00
(B) R$ 27.000,00
(C) R$ 54.000,00
(D) R$ 72.000,00
(E) R$ 75.000,00

13

Seja *i* a taxa semestral de juros equivalente à taxa de 12,3% ao trimestre no sistema de juros compostos. Entre os valores a seguir, o que mais se aproxima do valor de *i* é:

(A) 28,2%
(B) 26,1%
(C) 24,6%
(D) 22,8%
(E) 20,0%

14

Em certa loja, um artigo pode ser comprado por R$ 172,00 à vista ou em duas prestações de R$ 92,00, uma no ato da compra e outra 30 dias depois.

A taxa de juros (embutida) que a loja está cobrando nesta operação é de:

(A) 15%
(B) 13%
(C) 11%
(D) 9%
(E) 7%

15

Carlos comprou em janeiro de 2010 uma casa por R$180.000,00, com um financiamento sem entrada no sistema de amortização constante (SAC) a ser pago em 10 anos com prestações mensais e taxa de juros de 1% ao mês no regime de juros compostos. O contrato determina que a primeira prestação deva ser paga em fevereiro deste ano e as outras em cada um dos meses seguintes. Então, o valor da prestação que Carlos deverá pagar no mês de junho de 2010 é de:

(A) R$ 3.020,00
(B) R$ 3.160,00
(C) R$ 3.240,00
(D) R$ 3.300,00
(E) R$ 3.450,00

ESTATÍSTICA

16

Pretende-se usar um modelo de regressão linear $Y = \alpha + \beta X + \varepsilon$ para ajustar *n* pares de valores observados (x_1, y_1), (x_2, y_2), ..., (x_n, y_n). Supõe-se que os erros ε tenham média 0, sejam normalmente distribuídos, todos com mesma variância, e sejam não correlacionados. Se *a* e *b* são as estimativas de mínimos quadrados de α e β, respectivamente, avalie as afirmativas a seguir:

I. As estimativas de mínimos quadrados de α e β são os valores de *a* e *b* que resolvem as equações normais

$$an + b\sum_{i=1}^{n} x_i = \sum_{i=1}^{n} y_i \quad \text{e} \quad a\sum_{i=1}^{n} x_i + b\sum_{i=1}^{n} x_i^2 = \sum_{i=1}^{n} x_i y_i$$

II. *a* e *b* são estimadores não viesados de α e de β respectivamente.

III. O coeficiente de determinação, R^2, mede a porcentagem da variância total dos valores *y*'s que é explicada pela regressão e, desse modo, quanto maior o valor do coeficiente de determinação, melhor é o ajuste do modelo.

Assinale:

(A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
(B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

17

Os dados a seguir são as quantidades de empregados de cinco pequenas empresas: 6, 5, 8, 5, 6. A variância da quantidade de empregados dessas cinco empresas é igual a:

(A) 0,8.
(B) 1,2.
(C) 1,6.
(D) 2,0.
(E) 2,4.

18

Uma urna contém 50 bolinhas idênticas numeradas de 1 a 50. Se quatro bolinhas são aleatoriamente sorteadas com reposição, a probabilidade de que, dos quatro números sorteados, dois sejam pares e dois sejam impares é igual a:

(A) 12,5%.
(B) 25,0%.
(C) 37,5%.
(D) 50,0%.
(E) 62,5%.

19

Em relação à distribuição normal, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) a função de densidade de probabilidade é simétrica em relação à média.
(B) se X tem distribuição normal com média μ e variância σ^2 então a variável $Z = (X - \mu) / \sigma^2$ tem distribuição normal padrão.
(C) a probabilidade de que uma variável Z que tenha distribuição normal padrão seja maior do que 5 é aproximadamente igual a 0.
(D) a média de uma variável aleatória que tenha distribuição normal pode ser negativa.
(E) o valor da mediana é igual ao valor da média.

20

Para testar a hipótese de que uma média populacional μ de uma variável normalmente distribuída com variância igual a 64 é maior do que 200, uma amostra aleatória simples de tamanho 100 será observada. Ao nível de significância de 5%, o critério de decisão usual estabelece que a hipótese nula de que $\mu \leq 100$ deve ser rejeitada se o valor observado da média amostral for:

Dados: se Z tem distribuição normal padrão, P[0 < Z < 0,45] = 1,64;

P[0 < Z < 0,475] = 1,96;

P[0 < Z < 0,49] = 2,33]

(A) maior do que 201,312.
(B) menor do que 198,788.
(C) maior do que 204,860.
(D) menor do que 196,348.
(E) maior do que 210,346.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21

Com base na Lei 0811/2004 do Estado do Amapá, **não** fazem parte da administração pública direta do Estado do Amapá:

(A) as Secretarias Especiais de Desenvolvimento Setorial.
(B) as Secretarias de Estado.
(C) as Secretarias Extraordinárias.
(D) as Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá.
(E) os Órgãos Autônomos.

22

A licitação entre interessados, cadastrados ou não, do ramo pertinente ao seu objeto e aquela entre interessados devidamente cadastrados, observando-se a qualificação necessária, dizem respeito, respectivamente, as modalidades de licitação:

(A) convite e leilão.
(B) convite e tomada de preços.
(C) concorrência e convite.
(D) concorrência e leilão.
(E) concorrência e tomada de preços.

23

De acordo com o Decreto 0027/05, assinale a alternativa que indique a unidade de assessoramento da Secretaria da Receita Estadual do Amapá:

(A) Centro de Pesquisa e Análise Fiscal.
(B) Núcleo de Estudos Tributários.
(C) Núcleo de Planejamento e Avaliação de Receitas.
(D) Núcleo de Informações Econômico-Fiscais.
(E) Núcleo de Macro-Segmentos Econômicos.

24

Levando em consideração a descentralização administrativa, analise as afirmativas a seguir:

I. Concessão é a delegação da prestação de serviço público.
II. Permissão é um ato administrativo, com delegação precária do serviço público.
III. Autorização é um ato administrativo outorgado a uma empresa para realização de suas atividades.

Assinale:

(A) se somente a alternativa I estiver correta.
(B) se somente a alternativa II estiver correta.
(C) se somente a alternativa III estiver correta.
(D) se somente as alternativas I e II estiverem corretas.
(E) se somente as alternativas II e III estiverem corretas.

25

É uma característica do *serviço público desconcentrado*:

(A) transferir a execução de serviços dos órgãos periféricos para os centrais.
(B) transferir a execução de serviço entre entidades.
(C) ser uma técnica de especialização.
(D) executar de forma descentralizada o serviço.
(E) ser uma técnica de aceleração.

26

O retorno à atividade de servidor aposentado e o retorno de servidor estável a um cargo anteriormente ocupado por ele correspondem, respectivamente:

(A) à reversão e à readaptação.
(B) à reversão e à reintegração.
(C) à reversão e à recondução.
(D) à readaptação e à reintegração.
(E) à readaptação e à recondução.

27

No conceito de controle da administração pública, a comprovação da eficiência ou da oportunidade de um ato diz respeito:

(A) ao controle hierárquico.
(B) ao controle finalístico.
(C) ao controle externo popular.
(D) ao controle de mérito.
(E) ao controle preventivo.

28

Em relação ao conceito de *ato administrativo*, analise as alternativas a seguir:

I. Ato administrativo é uma manifestação unilateral de vontade da administração pública.
II. Ato administrativo é um ajuste entre a administração pública e um particular para consecução de objetivos de interesse público.
III. Ato administrativo é uma realização material da administração pública em cumprimento de alguma decisão administrativa.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se as afirmativas II e III estiverem corretas.

29

Os atos administrativos possuem presunção de legitimidade.

Essa presunção decorre do princípio da:

(A) impessoabilidade.
(B) moralidade.
(C) publicidade.
(D) legalidade.
(E) eficiência.

30

Assinale a alternativa que corresponda a uma característica das resoluções.

(A) as resoluções podem contrariar regimentos.
(B) as resoluções são expedidas somente pelos Chefes do Poder Executivo.
(C) as resoluções podem ser emanadas de órgãos colegiados.
(D) as resoluções individuais não são admitidas, sem exceção.
(E) as resoluções podem produzir efeitos internos ou externos.

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

31

Um funcionário público apropria-se de valores particulares, dos quais tinha posse em razão do cargo, em proveito próprio. Posteriormente, acometido por um conflito moral, arrepende-se e, antes do recebimento da denúncia, por ato voluntário, restitui os valores indevidamente apropriados e repara totalmente os danos decorrentes de sua conduta.

De acordo com o Código Penal, a hipótese será de:

(A) causa de inadequação típica pelo arrependimento eficaz.
(B) desistência voluntária com exclusão da tipicidade.
(C) arrependimento posterior que extingue a punibilidade.
(D) circunstância atenuante genérica pela reparação eficaz do dano.
(E) causa de diminuição de pena pelo arrependimento posterior.

32

É crime praticado por funcionário público contra a Administração em geral, previsto no Código Penal:

(A) corrupção ativa.
(B) tráfico de influência.
(C) advocacia administrativa.
(D) favorecimento real.
(E) fraude processual.

33

Com relação ao direito de petição, garantido ao servidor público pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, analise as alternativas a seguir:

I. É assegurado ao servidor o direito de requerer, bem como, o de representar, junto aos Poderes Públicos.
II. O requerimento é cabível para defesa de direito e a representação para atuar em nome e nos interesses legítimos de pessoa física ou jurídica.
III. O direito de requerer será exercido perante a autoridade competente, em razão da matéria e sempre por intermédio daquele a que estiver imediatamente subordinado o servidor.
IV. A representação deve ser encaminhada exclusivamente pela via hierárquica.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

34

A Comissão de Ética do Servidor da Receita do Estado do Amapá será presidida:

(A) pelo Corregedor Fiscal, na condição de membro-nato.
(B) pelo Secretário da Receita Estadual, na condição de membro-nato.
(C) por servidor fazendário de carreira, designado pelo Corregedor-Geral do Estado.
(D) por servidor fazendário de carreira, designado pelo Corregedor Fiscal.
(E) por um representante da Corregedoria-Geral do Estado.

35

Com relação ao conceito de funcionário público e às causas de aumento de pena dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, previsto no Código Penal, analise as alternativas a seguir:

I. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
II. Equipara-se a funcionário público, para os efeitos penais, quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
III. A pena será aumentada da metade quando os autores dos crimes praticados forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou de assessoramento de órgão da administração direta.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

36

Em relação ao pedido de reconsideração e ao recurso, o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá dispõe que:

(A) o pedido de reconsideração tem apenas efeito devolutivo e o recurso, efeito suspensivo.
(B) o pedido de reconsideração tem efeito suspensivo e o recurso, apenas efeito devolutivo.
(C) se provido qualquer deles, ambos não terão efeito retroativo.
(D) ambos têm efeito devolutivo e suspensivo.
(E) ambos não têm efeito suspensivo.

37

Da sindicância, promovida para apurar irregularidades praticadas por servidor público, **não** poderá resultar:

(A) afastamento preventivo do acusado.
(B) instauração de processo disciplinar.
(C) aplicação de penalidade de suspensão de até 30 (trinta) dias.
(D) aplicação de penalidade de advertência.
(E) arquivamento do processo.

38

Exclui, em qualquer caso, a imputabilidade penal:

(A) a violenta emoção.
(B) a embriaguez culposa.
(C) a embriaguez preordenada.
(D) a menoridade, ainda que o indivíduo seja casado.
(E) a perturbação da saúde mental.

39

No que tange à corrupção passiva é correto afirmar que:

(A) a vantagem indevida oferecida é, exclusivamente, de natureza patrimonial.
(B) o ato funcional visado pela corrupção tanto pode ser lícito como ilícito.
(C) é válido o entendimento de que o funcionário em gozo de férias não possa ser agente do delito.
(D) o agente atua para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
(E) a pena é aumentada da metade se o funcionário público retarda, efetivamente, o dever funcional.

40

Com relação ao julgamento do processo disciplinar, regulamentado pelo Regimento Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Amapá, considere as seguintes afirmativas:

I. O julgamento fora do prazo legal implica nulidade de processo.
II. Serão assegurados transportes e diárias ao servidor convocado para prestar depoimentos fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado.
III. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.
IV. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará que seja cancelado o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa II estiver correta.
(B) se somente a afirmativa III estiver correta.
(C) se somente as afirmativas II e III estiverem correta.
(D) se somente as afirmativas III e IV estiverem correta.
(E) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ECONOMIA DO ESTADO DO AMAPÁ

41

"O modo de ocupação, posse e uso da terra e o consequente arcabouço jurídico que o mantém, reflete a correlação de forças sociais do momento de consolidação do processo colonizatório."

(Política Florestal para a Amazônia Brasileira - 1978.)

Com relação à posse e uso da terra da Amazônia nas últimas décadas do século XX, analise as afirmativas a seguir:

I. A posse de pequenas áreas ao longo dos rios e rodovias por populações integradas marginalmente ao processo produtivo, em regime de trabalho familiar.
II. A posse de grandes áreas às margens dos rios e rodovias por indivíduos ou empresas que não exploram a terra, mantendo-as como reserva de valor com fins especulativos.
III. A posse de grandes áreas por meio da apresentação de projetos agropecuários estimulados pelos orgãos regionais de desenvolvimento.

Assinale:

(A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
(B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

42

Desde meados do século XVII até meados do século XVIII, a economia regional amazônica se fundamentou na força de trabalho indígena, organizada pelas ordens religiosas em missões no interior do vale do Amazonas e em reduções no Baixo Amazonas.

As reduções eram aldeamentos de indígenas:

(A) transplantados de várias regiões amazônicas, cujo trabalho se dividia entre o sustento das aldeias e das fazendas dos religiosos.
(B) nascidos no Baixo Amazonas, cujo trabalho era totalmente voltado para os colonos.
(C) escravizados, cujo trabalho era destinado ao sustento das ordens religiosas localizadas no Baixo Amazonas.
(D) escravizados, cujo trabalho era utilizado nas aldeias dos colonos do Baixo Amazonas.
(E) localizados nas cidades do Baixo Amazonas, cujo trabalho se destinava ao auto-sustento.

43

O sistema ou cadeia de aviamento era o principal sistema de financiamento da economia da borracha, e consistia na compra de mercadorias a crédito. As cidades mais beneficiadas por esse sistema foram em ordem de importância:

(A) Belém, Manaus, e Macapá.
(B) Manaus, Belém, e Santana.
(C) Belém, Manaus, e Santarém.
(D) Belém, Manaus, Altamira.
(E) Manaus, Belém, e Macapá.

44

A criação do Território do Amapá em 1943 e a posterior criação do Estado do Amapá estão relacionadas às condições da zona de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Assinale a alternativa que indique as razões para o surgimento da nova unidade da federação.

(A) a exploração do ouro nos vales fluviais e a ocorrência de áreas pantanosas.
(B) o atraso na demarcação dos limites e a baixa densidade demográfica.
(C) a inauguração da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S/A) para a exploração do manganês na Serra do Navio e a necessidade da construção de uma estrada de ferro até o porto.
(D) a criação da Área de Livre Comércio de Santana e o desenvolvimento portuário de Macapá.
(E) a construção da ponte sobre o rio Oiapoque e o afastamento das estradas.

45

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque foi criado por Decreto Federal em 22 de agosto de 2002. Com cerca de 3.800.000 ha, é a segunda maior Unidade de Conservação do Brasil e a segunda maior área protegida em florestas tropicais do mundo.

Em relação aos seus aspectos geográficos e geobiofísicos é correto afirmar que:

(A) a maior parte da área do Parque apresenta relevo acidentado, em forma de serras.
(B) a cidade de Oiapoque é a única sede municipal situada dentro dos limites do Parque.
(C) a cobertura vegetal da área é dominada por campos e florestas de várzea.
(D) a Terra indígena Waiãpi é uma das áreas institucionais que confinam com o Parque.
(E) a área abriga nascentes dos principais rios do Amapá, com exceção do rio Oiapoque.

46

O Amapá é o estado amazônico que apresenta o menor grau de alteração de sua cobertura vegetal nativa. Além disso, possui uma expressiva diversidade de domínios florísticos, incluindo manguezais, formações florestais de várzea, de terra firme e de transição, bem como cerrados e campos de várzea.

Em relação à cobertura vegetal do Amapá, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) Os domínios florísticos podem ser agrupados em duas grandes categorias: das formas florestadas e das formas campestres.
(B) A maior área de ocorrência das florestas de transição no estado corresponde aos limites entre o cerrado e os campos de várzea.
(C) As maiores extensões de florestas de várzea contínuas ocorrem ao longo dos estuários e baixos cursos dos rios.
(D) Os cerrados ocorrem nos tabuleiros costeiros, entre as formações florestais de terra firme e os campos inundáveis.
(E) Os *campos de várzea* caracterizam-se pelo regime de inundações periódicas que decorrem dos efeitos das altas marés e dos impedimentos de drenagem do solo.

47

Em 2008 o governo brasileiro apresentou o Plano Amazônia Sustentável (PAS) para a Amazônica brasileira.

Com relação às diretrizes gerais do PAS, analise as afirmativas a seguir.

I. Estimular a pesquisa científica e a descoberta de novas tecnologias para promover o desenvolvimento sustentável da região.
II. Promover a cooperação e a gestão compartilhada de políticas públicas entre as três esferas de governo – federal, estadual e municipal.
III. Fomentar o diálogo entre órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e setores empresariais, na formulação e gestão de políticas públicas.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

48

O processo de valorização industrial de recursos minerais na Amazônia Oriental brasileira iniciou-se com a exploração das reservas de minério de manganês da Serra do Navio, no então Território Federal do Amapá.

(**Maurílio de Abreu Monteiro**)

Em relação aos fatos relacionados com a exploração mineral no estado do Amapá, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) Na década de 1940 a Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), empresa brasileira, recebeu autorização do Governo Federal para pesquisar e explorar manganês na Serra do Navio e em 1950 associou-se à empresa norte-americana Bethlehem Steel.
(B) Na década de 1970, com base na política federal de criação de "polos de desenvolvimento na Amazônia" e de incentivos fiscais, a ICOMI implantou uma usina de pelotização na área industrial do município de Santana.
(C) Na década de 1980 ocorreram choques entre empresas mineradoras e garimpeiros como no caso da instalação da Mineração Novo Astro (MNA) que ao adquirir os direitos de garimpagem de ouro no município de Calçoene, passou a expulsar os garimpeiros.
(D) Na década de 1990, com a vigência da Lei de Crimes Ambientais, a ICOMI foi obrigada pelo governo federal a recuperar os danos ambientais provocados pela usina de pelotização cujos rejeitos haviam contaminado com arsênico as águas superficiais e os lençóis freáticos.
(E) no final da década de 2000 o minério de ferro tornou-se um importante produto da pauta de exportação do Amapá cuja produção é controlada pela Anglo Ferrous Amapá Mineração que adquiriu o sistema explorado anteriormente pela MMX Mineração e Metálica S.A.

49

O estado do Amapá apresenta marcados contrastes em relação às formas e estruturas do relevo. Considerando os domínios estruturais e as unidades geomorfológicas, é correto afirmar que:

(A) a maior parte do território amapaense situa-se no domínio estrutural da bacia sedimentar Amazônica.
(B) a região centro-norte do estado, no domínio do escudo das Guianas, apresenta formas de relevo de topos estreitos e alongados.
(C) os tabuleiros costeiros do Amapá ocupam a extensa faixa litorânea entre os municípios de Oiapoque e Calçoene.
(D) a unidade geomorfológica do planalto da Amazônia Oriental inclui, no estado, a Serra do Tumucumaque.
(E) a região do baixo curso do rio Araguari, na porção leste do estado, apresenta uma extensa planície fluvio-lacustre.

50

A riqueza da fauna aquática, as inúmeras espécies de valor econômico e a possibilidade da produção durante o ano todo fazem da pesca um dos setores de maior potencial econômico do estado do Amapá.

Com relação aos principais aspectos da pesca no estado do Amapá, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) a descarga de água doce e o volume de sedimentos proveniente da drenagem continental mantêm baixos os níveis de salinidade ao longo da costa do Amapá e favorece a alta produtividade de espécies demersais de valor econômico.
(B) as áreas produtoras de pescado situam-se na costa oceânica, nos ambientes estuarinos e lacustres, nos eixos principais dos baixos cursos de rios e nos pequenos canais que interligam o sistema lacustre ao fluvial.
(C) a Embrapa vem incentivando a expansão da piscicultura produtiva e rentável por meio de pesquisas e cursos com o objetivo de promover práticas de manejo adequadas e controle da sanidade dos peixes.
(D) as cidades de Santana e Macapá são os principais centros de comercialização por estarem equipadas com uma estrutura industrial capaz de agilizar a etapa final da cadeia produtiva.
(E) os pescadores vêm reivindicando a ampliação da indústria de beneficiamento para agregar valor ao produto e exigindo uma ação fiscalizadora rigorosa para eliminar a pesca predatória.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS (207)

51

Com relação à mensuração do PIB de uma economia, avalie as seguintes afirmativas:

I. O PIB não inclui bens e serviços produzidos no passado.
II. O PIB usa preços de mercado para ponderar os diferentes bens e serviços produzidos na economia.
III. O PIB inclui o valor dos bens e serviços intermediários e finais consumidos na economia.

Assinale:

(A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
(B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

52

O impacto da política fiscal na demanda agregada gera um efeito multiplicador e um efeito deslocamento.

Esses efeitos são caracterizados por:

(A) agirem em direções opostas sobre a demanda agregada.
(B) agirem na mesma direção sobre a demanda agregada.
(C) afetarem diretamente o consumo das famílias.
(D) afetarem diretamente o volume de recursos disponíveis para investimento.
(E) afetarem a demanda agregada mesmo que a propensão marginal a consumir das pessoas seja zero.

53

Analise a tabela a seguir:

	PIB nominal	Deflator ano 1996 (base = 100)
1999	8000	120
2000	9000	110

A partir dos dados apresentados é correto afirmar que:

(A) a taxa de crescimento do PIB nominal entre 1999 e 2000 foi superior a 13%.
(B) o PIB real em 2000, medido a preços de 1996, foi de 8.181,81 u.m..
(C) o PIB real em 1999, medido a preços de 1996, foi de 7.516,67 u.m..
(D) a taxa de crescimento do PIB real entre 1999 e 2000 foi inferior a 10%.
(E) a taxa de inflação mostra indícios de elevação entre 1999 e 2000.

54

Sobre os custos da inflação, assinale a alternativa correta.

(A) O *custo sola de sapato* é associado ao aumento da quantidade de moeda mantida pelas pessoas.
(B) O *custo de menu* é associado aos frequentes reajustes de preços.
(C) A *redistribuição de riqueza* entre devedores e credores é tido como um custo social voluntário.
(D) As derivadas da inflação são voluntárias.
(E) Os custos inflacionários são menos exacerbados sob hiperinflação.

55

Com relação aos impactos gerados por ações de governo em uma economia aberta, considere as seguintes afirmativas:

I. O déficit orçamentário reduz a oferta de fundos para empréstimos, o que eleva a taxa de juros.
II. A elevação da taxa de juros reduz o investimento externo líquido e diminui a oferta de dólares no mercado de câmbio, depreciando-o e, em consequência, aumentando as exportações líquidas.
III. A instabilidade política pode induzir à fuga de capitais sem afetar, no entanto, a taxa de juros nacional.

Assinale:

(A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
(B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

56

A respeito da curva de Phillips, considere as afirmativas a seguir:

I. Ela explicita o *trade-off* entre inflação e desemprego.
II. Ela representa combinações de inflação e desemprego que surgem no curto prazo à medida que deslocamentos da curva de demanda agregada movem a economia ao longo da curva de oferta de curto prazo.
III. Ela mostra que, a longo prazo, não há *trade-off* entre inflação e desemprego.

Assinale:

(A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
(B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

57

A partir da teoria de tributação ótima de mercadorias, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) O imposto sobre uma mercadoria deve ser inversamente proporcional à elasticidade-preço da demanda pelo bem.

(B) A redução proporcional da demanda agregada pelo bem, induzida pela tributação, deve ser menor quanto mais o bem é consumido por indivíduos cuja utilidade marginal social da renda é alta.

(C) A redução proporcional da demanda agregada pelo bem, induzida pela tributação, deve ser menor quanto mais o bem é consumido por indivíduos cuja propensão marginal a consumi-lo é alta.

(D) Os bens intermediários devem ter preferência na incidência de tributos sobre os bens de consumo finais.

(E) Os critérios de eficiência e equidade são elementos fundamentais na determinação dos tributos.

58

Assinale a alternativa que indique corretamente um exemplo de imposto progressivo sobre a renda.

(A) Uma alíquota de imposto sobre a renda de 15% para todos os níveis de renda.

(B) Uma alíquota de imposto sobre a renda de 15% para rendas abaixo de 10 mil reais e 10% para rendas acima de 10 mil reais.

(C) Uma alíquota de imposto sobre a renda de 15% para rendas acima de 10 mil reais somente.

(D) Uma alíquota de imposto sobre a renda T tal que $T=1000/R$, se $R > 1000$ e $T = 0{,}1$ caso contrário, R é a renda.

(E) Uma alíquota de imposto sobre a renda próxima de 100% para todos os níveis de renda.

59

Com relação ao ambiente econômico do consumidor, numa economia com mais de um período, assinale a alternativa correta:

(A) Se a taxa de juros é zero e empréstimos não são permitidos, o consumo total do consumidor a cada período será igual à sua dotação naquele período.

(B) Num gráfico cujo eixo vertical é o consumo no período 2 e no horizontal é o consumo no período 1, um aumento da taxa de juros torna a restrição orçamentária do tomador de empréstimos mais inclinada.

(C) Se o consumidor for emprestador, segundo o argumento das preferências reveladas, um aumento da taxa de juros aumenta seu consumo no período 1.

(D) Se o consumidor abrir mão de consumo, Δc, no período 2 pode comprar $(1 - r)\Delta c$, em que r é a taxa de juros.

(E) Uma taxa de juros de 18% e os preços crescendo a uma taxa de 10%, a taxa de juros real para o consumidor será exatamente 8%.

60

Com a introdução de um imposto específico a ser pago pelo comprador sobre as vendas de um produto num mercado competitivo, assinale a alternativa correta.

(A) O preço ao consumidor será diferente daquele se o imposto devesse ser pago pelo vendedor.

(B) Este imposto é totalmente repassado ao consumidor.

(C) A receita tributária deste imposto seria nula.

(D) Haveria mudanças no equilíbrio competitivo deste mercado, gerando uma perda de bem estar.

(E) Os compradores deixam de comprar o produto.

DIREITO CONSTITUCIONAL

61

Com relação ao tema "Poder Constituinte e emenda à Constituição", analise as afirmativas a seguir.

I. Podem propor emenda à Constituição: (i) o Presidente da República; (ii) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; (iii) o Presidente do Supremo Tribunal Federal; e (iv) mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

II. A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

III. Determinados temas previstos na própria Constituição não podem ser objeto de proposta de emenda constitucional que os pretenda abolir.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

62

Da redação original da Constituição de 1988 constavam as seguintes garantias fundamentais, **à exceção de uma**. Assinale-a.

(A) "Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência".

(B) "A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação".

(C) "O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado".

(D) "A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem".

(E) "A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei".

63

Em relação ao Poder Judiciário, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A lei que dispuser sobre o Estatuto da Magistratura deverá ser de iniciativa do Supremo Tribunal Federal e ter o status de lei complementar.

(B) Compete privativamente aos tribunais de justiça propor ao Poder Legislativo respectivo a criação ou extinção dos tribunais inferiores.

(C) São órgãos do Poder Judiciário, dentre outros, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais e Juízes Militares.

(D) A Constituição estabelece que não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

(E) Na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

64

Relativamente ao Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

(A) Somente a União, os Estados e o Distrito Federal poderão instituir impostos, taxas e contribuições de melhoria.

(B) Em casos de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional é permitido à União instituir empréstimos compulsórios, desde que mediante lei ordinária, vedada a edição de medida provisória.

(C) A Constituição autoriza que lei complementar institua um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observadas determinadas disposições constitucionais, tais como o fato de que esse regime será opcional para o contribuinte.

(D) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico instituídas pela União não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação ou importação.

(E) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.

65

Com relação ao tema "Finanças Públicas", analise as afirmativas a seguir.

I. O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros, bem como conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional.

II. A Constituição determina que lei complementar disporá sobre as operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios bem como sobre a compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.

III. As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se somente a afirmativa I estiver correta.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

66

Em relação às entidades da Administração Pública Indireta, é correto afirmar que:

(A) as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legal e se apresentam, dentre outras, sob a forma de sociedade anônima.

(B) os bens que integram o patrimônio de todas as empresas públicas têm a qualificação de bens públicos.

(C) as fundações públicas não se destinam às atividades relativas a assistência social e atividades culturais.

(D) os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista podem acumular seus empregos com cargos ou funções públicas da Administração Direta.

(E) as autarquias podem celebrar contratos de natureza privada, que serão regulados pelo direito privado.

67

Com relação ao tema Licitação Pública, analise as afirmativas a seguir:

I. O leilão pode ser feito por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração, devendo ser considerada vencedora a proposta de arrematação de valor, necessariamente, superior ao de avaliação.

II. A concorrência é obrigatória nas licitações internacionais, admitindo-se, independentemente do valor estimado da futura contratação, a tomada de preços quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores e o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no país.

III. A licitação é dispensável para contratação de catadores de materiais recicláveis, de baixa renda, reconhecidos pelo poder público, desde que usem equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

IV. Caso um edital de Concorrência Pública apresente alguma irregularidade, é assegurado a qualquer cidadão impugná-lo em face da Administração, devendo o pedido ser protocolado até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa II estiver correta.

(B) se somente a afirmativa IV estiver correta.

(C) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas .

68

São formas de provimento por reingresso do servidor público:

(A) reintegração e aproveitamento.

(B) recondução e redistribuição.

(C) readaptação e reintegração.

(D) readaptação e reversão.

(E) redistribuição e reversão.

69

Nos casos de anulação de uma licitação na modalidade Convite e de inabilitação do licitante em uma Concorrência Pública, cabem recursos, no prazo de:

(A) 5 (cinco) dias em ambos.

(B) 5 (cinco) dias úteis em ambos.

(C) 5 (cinco) dias úteis e 5 (cinco) dias, respectivamente.

(D) 2 (dois) dias úteis e 5 (cinco) dias úteis, respectivamente.

(E) 3 (três) dias úteis e 5 (cinco) dias úteis, respectivamente.

70

São insuscetíveis de revogação, **exceto**:

(A) o ato vinculado.

(B) o ato que gerou direito adquirido.

(C) o ato de autorização para uso de bem público.

(D) o edital de licitação em razão de vício de legalidade.

(E) o ato de adjudicação do objeto da licitação após execução contratual.

DIREITO CIVIL

71

Nero, residente na rua do Bispo nº 95, é vizinho de Tício, que reside no nº 105, da mesma rua. Nero constrói uma área de lazer, com churrasqueira e sauna, com chaminé encostada à parede divisória de sua casa com a do seu vizinho Ticio.

Após cerca de seis meses de uso intenso, vez que Nero convidava os seus amigos para festividades todos os finais de semana, começaram a surgir infiltrações na parede divisória, com prejuízos para o prédio vizinho, inclusive sob risco de desabamento não iminente, mas provável. Os fatos foram comprovados por engenheiro que visitou o local e forneceu a Tício laudo detalhado sobre o ocorrido. Nero foi comunicado dos fatos e quedou-se inerte na resolução do problema, continuando a realizar seus encontros etílicos, nos finais de semana.

Diante do exposto acima e à luz das regras do direito de vizinhança, analise as afirmativas a seguir:

I. os atos praticados por Nero estão albergados pelas regras legais, dado o uso regular da sua propriedade.
II. segundo as regras civis não é licito encostar à parede divisória chaminé, causando infiltrações, prejudicando o vizinho.
III. cabe a demolição da chaminé prejudicial.
IV. somente cabe a composição em perdas e danos.
V. nenhuma indenização é devida e a chaminé indicada é tida como ordinária, assim não passível de demolição.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas III, IV e V forem verdadeiras.
(B) se somente as afirmativas I e IV forem verdadeiras.
(C) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
(D) se somente as afirmativas I, II e V forem verdadeiras.
(E) se somente a afirmativa III for verdadeira.

72

Tício, próspero empresário, com atividades no Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá, falece, sem deixar testamento, possuindo três filhos do seu casamento com Mévia, com quem fora casado, por cinquenta anos, pelo regime da comunhão universal de bens, sem nunca ter dela se separado. O último domicílio de Tício foi a cidade de Macapá. O *de cujus* deixou bens imóveis, móveis, semoventes em vários estados da federação, além dos já referidos. O inventário foi distribuído ao Juízo da Vara competente da Comarca de Macapá, sendo designada inventariante o cônjuge supérstite.

A esse respeito, analise as seguintes afirmativas:

I. na situação atual o cônjuge sobrevivente é considerado herdeiro necessário.
II. o cônjuge supérstite não concorre com seus filhos na herança quando o regime de bens for a comunhão universal.
III. havendo separação de fato, por mais de dois anos, ou separação judicial, na época do falecimento do cônjuge, impede o reconhecimento da herança ao cônjuge sobrevivente.
IV. sendo a meação reconhecida a Mévia, os seus três filhos partilharão a metade do patrimônio do *de cujus* remanescente.
V. Mévia tem direito aos bens que compõem a legítima.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas I, II, III e IV forem verdadeiras.
(B) se somente as afirmativas I, III e V forem verdadeiras.
(C) se somente as afirmativas II e III e V forem verdadeiras.
(D) se somente as afirmativas I, II e V forem verdadeiras.
(E) se somente as afirmativas I e V forem verdadeiras.

73

Mévia e Tício contraem núpcias no dia 14 de abril de 2007. Em 21 de janeiro de 2008 nasce o filho do casal Nero da Silva. No dia 22 de janeiro do mesmo ano, Tício vem a falecer. Após três meses de luto, Mévia vem a conhecer Caio e, com ele, mantém relações sexuais. Em 23 de janeiro de 2009 nasce Kate. Caio veio a se casar com Antônia em maio de 2008, não tendo filhos dessa união. Procurado por Mévia decide reconhecer Kate, por escritura pública, devidamente averbada no registro civil. Mévia decide trilhar novos caminhos e viajar para a Índia, onde realizará o seu encontro espiritual e comunica o fato a Caio, dizendo-lhe que a guarda de Kate lhe será transferida, assim que seus preparativos de viagem forem ultimados. Caio, ansioso, comunica a situação à sua esposa Antônia que não concorda com a presença da menor Kate no lar conjugal.

Diante dos fatos narrados analise as afirmativas a seguir:

I o reconhecimento da filiação pode ser unilateral por um dos genitores e constante de escritura pública.
II. o menor reconhecido por um dos cônjuges e sendo fruto de relação extraconjugal somente poderá residir no lar conjugal se o outro aquiescer.
III. Antônia, esposa de Caio poderá impugnar o reconhecimento de paternidade da menor Kate, por via judicial.
IV. o ato de reconhecimento da maternidade ou paternidade é irrevogável.
V. os filhos nascidos de quaisquer relações não podem ser discriminados pela origem, se oriundos ou não do casamento ou mesmo adotados.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas IV e V forem verdadeiras.
(B) se somente as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
(C) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
(D) se somente as afirmativas I, II e V forem verdadeiras.
(E) se somente as afirmativas I, II, IV e V forem verdadeiras.

74

Trácio é contratado por Constantino para realizar serviços de pintura na sua casa, localizada na cidade de Macapá/AP, tendo ambos formalizado contrato de prestação de serviços, definindo prazos, condições de pagamento, natureza e qualidade do material a ser utilizado na obra. O prazo contratual para término do serviço foi fixado em seis meses, contados do dia 05 de junho de 2009. Na data final, Trácio não concluiu os serviços a que se propôs, sem apresentar justificativa para a não conclusão. Apesar disso, postula de Constantino o pagamento total do preço e indica Kreso para continuar a obra inacabada, com pagamento adicional.

A esse respeito, no campo dos direitos das obrigações, analise as afirmativas a seguir:

I. O descumprimento da obrigação de fazer por culpa do devedor permite o término da obra por outrem, quando possível, às suas expensas.
II. Trácio, no caso vertente, pode abandonar a obra, receber o preço, desde que indique sucessor hábil à sua conclusão.
III. Caso houvesse urgência, poderia Constantino executar a obra, independente de autorização judicial, sendo ao final ressarcido de suas despesas.
IV. a obra poderia ser concluída por terceiro, mantida a responsabilidade de Trácio, desde que o credor concordasse.
V. sendo o caso em tela obrigação de dar, a escolha seria do devedor.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas II, IV e V forem verdadeiras.
(B) se somente as afirmativas I, III e V forem verdadeiras.
(C) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
(D) se somente as afirmativas I, II e V forem verdadeiras.
(E) se somente as afirmativas I, III e IV forem verdadeiras.

75

Mévia, menor de idade, contando quatorze anos, à revelia do seu genitor Caio, com quem habita diante do falecimento de sua mãe, apodera-se das chaves do veículo de propriedade de Caio, dotado de motor 2.0, considerado possante e capaz de desenvolver grande velocidade.

Conduzindo o veículo citado, Mévia convida Tícia, sua melhor amiga, com treze anos de idade a realizar um passeio pela aprazível cidade de Macapá. Dada a ausência de habilitação regular, a condutora colide com um poste, derrubando-o e atingindo a residência de Nero que estava no local na hora do evento com sua família, composta de esposa e quatro filhos. Não houve danos físicos às pessoas envolvidas, apenas prejuízos provocados pela perda total do veículo e pela destruição da garagem da residência de Nero, do seu veículo e de um quarto de hóspedes, no momento do acidente desocupado.

Diante do exposto acima, analise as afirmativas a seguir:

I. os eventos são de responsabilidade exclusiva e pessoal da menor Mévia, que responderá com os bens do seu patrimônio pessoal.
II. a responsabilidade civil de Caio é, na vigência do atual Código Civil, objetiva.
III. a ausência de culpa por parte de Caio não é capaz de elidir sua responsabilidade.
IV. Nero tem direito à reparação integral dos danos causados, inclusive moral.
V. Caio, genitor de Mévia, tem direito de regresso contra a sua filha, pelos danos por ela causados.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas II, III, IV e V forem verdadeiras.
(B) se somente as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
(C) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
(D) se somente as afirmativas I, II e V forem verdadeiras.
(E) se somente as afirmativas I e V forem verdadeiras.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

76

O Município de Oiapoque promove execução fiscal em face da empresa Traça e Abelha S/A, com sede no mesmo município. A CDA, anexada à peça exordial, indica um débito de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), incluindo principal e acessórios, calculados até a data da distribuição. Regularmente citada, por meio dos seus representantes legais, a executada apresenta petição avulsa comprovando o pagamento parcial da dívida. Utilizando de prerrogativa conferida pela Lei de Execuções Fiscais, o Município apresenta nova CDA, com o valor corrigido, requerendo, outrossim, a citação dos sócios da empresa para integrar o processo.

Regularmente citados, os sócios apresentam embargos, aduzindo a impossibilidade de sua inclusão no polo passivo, ofertando à penhora, créditos originários de precatório de dívida reconhecida judicialmente em relação ao Município de Oiapoque que rejeitou a indicação, requerendo a penhora de dinheiro depositado na conta da empresa.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir:

I. a execução fiscal permite a substituição da CDA, a qualquer tempo, antes da sentença proferida nos embargos à execução.
II. a inclusão dos sócios da empresa, no polo passivo, é regular.
III. o requerimento da Fazenda Municipal de penhora em dinheiro é acertado, diante dos dispositivos legais, que regem a espécie.
IV. não há necessidade de citação dos sócios, com sua inclusão no polo passivo.
V. não existe ônus para a Fazenda quando há comprovação de pagamento parcial.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
(B) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
(C) se somente as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
(D) se somente as afirmativas II, IV e V forem verdadeiras.
(E) se somente as afirmativas I, II e V forem verdadeiras.

77

Mévia, propôs ação indenizatória, por danos materiais e morais, por meio do procedimento ordinário, postulando a condenação do Estado do Amapá aduzindo que agentes fiscais do Estado, sem mandado judicial, adentraram o estabelecimento da autora, apreendendo, indevidamente, computadores, notas fiscais, disquetes, e, a partir daí, gerando diversos procedimentos administrativos, civis e criminais. Tal busca e apreensão foi declarada ilícita por decisão judicial transitada em julgado.

Efetuada a instrução, restou comprovado o nexo causal, estabelecida a responsabilidade objetiva. A sentença condenou o Estado do Amapá ao pagamento de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a título de danos materiais, devidamente comprovados, e R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a título de danos morais. Houve duplo grau necessário e apelação por parte da Fazenda Pública. A decisão transitou em julgado. A condenação ocorreu em 2004, em valores certos, determinada a correção monetária pelos mesmos critérios utilizados pela Fazenda para corrigir os seus créditos, tendo havido condenação em honorários advocatícios, fixados em dez por cento do valor da condenação.

Iniciada a execução foram opostos embargos, rejeitados, tendo havido duplo grau de Jurisdição necessário.

A esse respeito, analise as seguintes afirmativas:

I. a sentença proferida nos embargos à execução contra a Fazenda não permite duplo grau necessário de Jurisdição.
II. a execução é definitiva após o trânsito em julgado da decisão proferida no processo de conhecimento.
III. descabe duplo grau no processo de conhecimento na hipótese do enunciado.
IV. o recurso de apelação e o duplo grau necessário não são excludentes.
V. é possível a penhora dos bens do Estado do Amapá.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
(B) se somente a afirmativa III for verdadeira.
(C) se somente as afirmativas IV e V forem verdadeiras.
(D) se somente as afirmativas III, IV e V forem verdadeiras.
(E) se somente as afirmativas I, II e IV forem verdadeiras.

78

O Município de Oiapoque/AP, por meio de votação regular de sua Câmara de Vereadores, instituiu a cobrança da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública autorizado pela Emenda Constitucional nº 39, de 19.12.2002.

O Ministério Público do Estado, inconformado com a nova exação fiscal e buscando defender os direitos dos contribuintes, propõe ação civil pública, tendo obtido medida liminar suspendendo os efeitos do nóvel tributo. A Procuradoria do Município apresentou recurso e obteve, também liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão proferida.

Instada por seus associados locais, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou, perante o Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), pretendendo obter a declaração de inconstitucionalidade da lei do Município de Oiapoque que instituiu o tributo já referido.

Diante de tal quadro, analise as afirmativas a seguir:

I. a ação civil pública não é o instrumento adequado de controlar a constitucionalidade de leis tributárias.
II. lei municipal não pode ser objeto de ação declaratória de inconstitucionalidade.
III. a Confederação Nacional da Indústria é parte legitima para propor ação direta de inconstitucionalidade.
IV. a decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade tem efeito *erga omnes*, quando positiva.
V. enquanto não declarada a inconstitucionalidade da norma ela tem os seus efeitos normais, permitindo a cobrança do tributo.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
(B) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
(C) se somente as afirmativas I, II e III forem verdadeiras.
(D) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
(E) se somente as afirmativas III e V forem verdadeiras.

79

Tício promove ação de cobrança em face de Nero, sendo o débito correspondente a R$ 100.000,00 (cem mil reais). Nero é citado por hora certa e não apresenta contestação, no prazo legal, sendo nomeado pelo Juiz Curador Especial que apresenta contestação, por negação geral.

O processo prossegue regularmente, ocorrendo a produção de provas, sendo julgado procedente o pedido, por sentença, condenado o réu a pagar ao autor o valor da dívida, juros legais e correção monetária, bem como reembolsar as custas expendidas e honorários advocatícios de dez por cento do valor da dívida.

No fluxo do prazo recursal, Nero ingressa nos autos, através de advogado regularmente constituído e apresenta, temporaneamente, apelação da sentença, aduzindo, dentre outros fundamentos, nulidade da citação, vez que apresenta comprovantes de que estaria viajando, a serviço, quando o Oficial de Justiça realizou o ato citatório.

Observadas tais circunstâncias, analise as seguintes afirmativas:

I. a citação por hora certa, modalidade de citação ficta, gera a nomeação de Curador Especial que, apresentando contestação, elide os efeitos da revelia.
II. a contestação por negativa geral é exceção admitida no sistema jurídico pátrio.
III. o ingresso do réu revel poderá ocorrer a qualquer tempo no processo.
IV. o réu revel não pode contratar advogado após a nomeação de Curador Especial pelo Juiz.
V. a apelação apresentada pode alegar a nulidade do ato citatório.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
(B) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
(C) se somente as afirmativas I, II e V forem verdadeiras.
(D) se somente as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
(E) se somente as afirmativas III e V forem verdadeiras.

80

Creso promoveu ação, pelo rito ordinário, com pedido indenizatório em face do Banco THX, tendo em vista que houve o desvio de dinheiro de sua conta corrente, por meio da Internet. Afirmou, perante o Banco, que nunca utilizou a Internet para movimentar sua conta bancária, pois sequer possui computador em sua residência ou no seu trabalho. Apesar disso, houve negativa de reembolso, por parte da instituição financeira. Postulou indenização, por danos morais e materiais. O réu foi regularmente citado, apresentou contestação, mas não produziu as provas necessárias a elidir o pedido vestibular. A sentença julgou procedente o pedido, omitindo quanto aos honorários de sucumbência devidos ao autor, circunstância que gerou a apresentação de embargos declaratórios, providos.

Após a intimação da decisão dos embargos declaratórios, o réu apresentou apelação, pugnando pela modificação integral da sentença proferida. Por maioria de votos, o réu obteve provimento do recurso, com a inversão da sucumbência.

Inconformado, o autor apresentou embargos infringentes, que foram providos, por maioria de votos. Após a intimação do acórdão o réu apresentou nóveis embargos infringentes, que não foram conhecidos, à unanimidade. Ainda inconformado, o réu apresentou recurso especial, inadmitido pelo tribunal de origem, o que gerou agravo de instrumento ao Superior Tribunal de Justiça, também não conhecido.

A respeito dos parâmetros citados acima, analise as seguintes afirmativas:

I. o recurso de embargos infringentes somente cabe de apelação, cujo acórdão dá provimento ao recurso, em decisão, por maioria, de mérito.
II. correta a decisão que não conheceu dos embargos infringentes apresentados pelo réu.
III. após o provimento dos embargos infringentes apresentados pelo autor, caberia, em tese, recurso especial.
IV. o efeito do agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu o recurso especial é devolutivo.
V. os embargos declaratórios apresentados geraram a suspensão no prazo para o recurso de apelação.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
(B) se somente as afirmativas III e V forem verdadeiras.
(C) se somente as afirmativas I, II e V forem verdadeiras.
(D) se somente as afirmativas II, IV e V forem verdadeiras.
(E) se somente as afirmativas I, II e IV forem verdadeiras.

ISAE

Instituto Superior
de Administração
e Economia

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS